



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012548-52.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Luiz Antonio de Paula**
 Requerido: **José Roberto Fernandes e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

De inicio anoto que o proprietário do veículo e a pessoa que o conduzia no momento do acidente ostentam condições para figurarem no polo passivo, consoante entendimento jurisprudencial:

Isso então basta para que o réu José Roberto figure no polo passivo da relação processual, como leciona **RUI STOCCO**:

"Em decorrência da responsabilidade pelo fato da coisa, cujo fundamento jurídico reside na guarda da coisa, firmou-se o entendimento de que o dono do veículo responde sempre pelos atos culposos de terceiro a quem o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

entregou, seja seu preposto ou não. A responsabilidade do proprietário do veículo não resulta de culpa alguma, direta ou indireta. Não se exige a culpa in vigilando ou in eligendo, nem qualquer relação de subordinação, mesmo porque o causador do acidente pode não ser subordinado ao proprietário do veículo, como, por exemplo, o cônjuge, o filho maior ("Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial", 4ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 985).

Na mesma linha de raciocínio, *"a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça entende que o dono permanece com o poder de guarda, determinando sua responsabilidade pelo fato da coisa, pois, com a utilização por terceiros, ele não deixa de ser o interessado na conservação do bem. Ademais, dada a quantidade de acidentes envolvendo veículos - nos quais comumente o condutor evade-se do local e a única providência possível do lesionado é anotar a placa -, mais seguro à reparação dos danos que se possa pleitear a indenização do próprio proprietário, que terá o direito de regresso contra o condutor"* (TJSP, 25ª Câmara de Direito Privado, AI nº 0105785- 68.2011.8.26.0000, rel. Des. **HUGO CREPALDI**, j. 15.06.2011).

Decreto outrossim a revelia do corréu Gabriel. Citado regularmente, não compareceu à audiência onde deveria apresentar defesa. Reputam-se, portanto, verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

É incontroverso, portanto, a responsabilidade dos réu pelo acidente tratado nos autos, mesmo porque o réu Jose Roberto limitou a asseverar que somente é o proprietário da motocicleta e somente posteriormente teve ciência do acidente. Limitou a isso argumentar, não refutando em qualquer momento os fatos articulados pelo autor.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Vale registrar que o valor do pedido, ou os documentos que o alicerçaram, não foram impugnados em momento algum.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 5.900,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2016 (época da elaboração do orçamento de fl. 06), e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de maio de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**